

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1991

ALARCÃO, J., R. ÉTIENNE E F. MAYET (dir.), *Les Villas romaines de S. Cucufate*, Diffuseur E: de Boccard, Paris, 1990, 2 vols, 333 páginas, 165 estampas.

A publicação do estudo das *villae* romanas de S. Cucufate, Vidigueira, era aguardada com natural expectativa. Pela qualidade e rigor dos trabalhos a que os responsáveis pela equipa luso-francesa coordenadora do projecto nos habituaram, com a edição dos sete volumes das “Fouilles de Conimbriga”, mas também porque a publicação exaustiva de uma estação como S. Cucufate não podia deixar de vir minorar a aridez da produção arqueológica portuguesa, particularmente acentuada no âmbito do estudo da vida rural romana.

Apesar do apreciável número de *villae* registado no território nacional, são raras as que foram escavadas, mesmo no Sul de Portugal, onde se encontram razoavelmente bem identificadas. Por outro lado, muitas *villae* forma escavadas sem quaisquer preocupações estratigráficas e sem exigências científicas, tendo conhecido apenas um estudo e divulgação sumários. A ausência de registos tornou muitas dessas escavações inúteis, impossibilitando um entendimento pormenorizado da evolução arquitectónica e económica destes estabelecimentos. Mais recentemente, tendo-se todavia melhorado os métodos de registo, assiste-se a uma recessão dos estudos de *villae*, em grande medida devido aos elevados custos que as escavações em área necessariamente implicam. Neste sentido, o conhecimento sobre estes sítios arqueológicos representa um anacronismo se considerarmos as informações hoje disponíveis, noutras províncias romanas, relativamente à arquitectura das *villae* e ao seu significado social e económico. Recentes trabalhos de síntese sobre a ocupação romana do território português (ALARCÃO 1988; 1990, 345-437), dão conta das imprecisões e dificuldades que limitam, ainda hoje, a compreensão do povoamento rural romano, quer no que respeita à tipologia dos edifícios, sua evolução e significado, quer ainda às suas variantes regionais.

Neste contexto, um projecto como o de S. Cucufate, pelos meios financeiros e humanos que envolveu, pelos objectivos visados e pelos resultados fornecidos, vem preencher um enorme vazio de conhecimento e ajudar a compreender a organização da paisagem rural, pelo menos numa das províncias romanas da fachada ocidental, ibérica.

Os trabalhos de campo iniciaram-se em 1979 e prosseguiram até 1984, com algumas intervenções mais restritas realizadas entre 1985 e 1987. No total foi estudada uma área com cerca de 18.800 m², compreendendo construções variadas, pertencentes a uma sucessão de três *villae*, datadas entre Cláudio-Nero e os sécs. V-VI, com os respectivos sectores rústicos e agrícolas, cuja extensão exacta não foi possível precisar.

O trabalho de escavação teve a apoiá-lo um minucioso levantamento arquitectónico, da responsabilidade do Bureau d'Architecture Antique du Sud-Ouest (CNRS, Pau), bem como um outro fotogramétrico. Para a interpretação arquitectónica a equipa contou com a colaboração de M. Boitard, de Gérard Charpentier e de Michel Henry.

Para além da escavação propriamente dita, o projecto incluiu a prospecção de uma área com cerca de 2300 ha do território circundante de S. Cucufate, com vista à reconstituição da paisagem rural envolvente. Este trabalho de enquadramento, cuja responsabilidade coube a Vasco Mantas e P. Sillières e no qual colaboraram A. Monteiro e J. G. Gorges, permitiu identificar um conjunto significativo de sítios arqueológicos, alguns dos quais foram parcialmente escavados. Os resultados deste trabalho permitiram aos autores avançar propostas de interpretação sobre a economia da região na época romana.

A elaboração de dois projectos de arranjo e valorização do sítio arqueológico, um português e outro francês (Ests. CXII-CXV), não só constitui uma louvável inovação entre nós, no âmbito da publicação de trabalhos arqueológicos, como se afigura plenamente justificada atendendo às características e importância desta estação arqueológica e ao seu extraordinário estado de conservação.

A obra "Les villas romaines de S. Cucufate (Portugal)", datada de 1990, é publicada pela editora Diffuseur E. de Boccard. Trabalho colectivo, tem a direção de Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Françoise May et, directores do projecto, contando com a colaboração de Jean-Pierre Bost, Gérard Charpentier, Vasco Mantas, Isabel Pereira e Pierre Sillières. Dividida em dois volumes, um de texto, outro de estampas, possui uma excelente qualidade gráfica, dentro dos parâmetros das editoras francesas.

O volume do texto encontra-se estruturado em cinco livros, no interior dos quais se desenvolvem vários capítulos. Inclui ainda três anexos, além de quatro índices detalhados (de fontes, de antropónimos, geográfico e temático). Um desenvolvido índice de matérias permite ao leitor a fácil localização dos assuntos.

O segundo volume, com uma introdução que refere a responsabilidade dos levantamentos e desenhos, engloba um total de 165 estampas, antecedidas do respectivo índice. Entre as estampas I e CXV são fornecidos cortes estratigráficos, planos parciais e de conjunto, alçados, reconstituições e axonometria dos edifícios e desenhos de espólio. A documentação gráfica, globalmente de grande qualidade, permite uma clara e necessária visualização das etapas da escavação, da arquitectura e do espólio. As estampas CXVIII a CLXV incluem um número apreciável de fotografias.

A estrutura do volume de texto permite a sua fácil consulta, corolário de uma bem conseguida organização interna das matérias. Numerosos catálogos de sítios prospectados e de materiais inserem-se de um modo harmonioso no texto, escrito numa linguagem simples e rigorosa. Abundantes notas de pé de página fornecem referências e paralelos, bem como uma útil e actualizada bibliografia.

No Prefácio os autores explicam as motivações que levaram a equipa luso-francesa a realizar o estudo da estação de S. Cucufate, enquanto na Introdução (pp. 9-13) se faz um breve historial do sítio arqueológico, sendo descritos os diferentes trabalhos aí realizados, ao longo de oito anos.

Os objectivos do projecto surgem contudo um pouco diluídos entre o Prefácio e a Introdução. Ora, atendendo à importância do trabalho realizado, justificava-se uma melhor sistematização desses objectivos, bem como a sua inserção na proble-

mática do estudo e reconstituição da paisagem agrária na época romana. Caberia ainda talvez no âmbito da Introdução uma explicitação do título da obra. Deduz-se deste que o conceito *villa* é valorizado basicamente enquanto conjunto arquitectónico. De facto, só assim se justifica que se fale das “*villae*” e não da “*villa* de S. Cucufate”, que seria entendida neste caso, enquanto domínio, independentemente dos sucessivos projectos que viria a conhecer ao longo dos séculos.

O Livro I tem por título “A Terra e o tempo”, subdividindo-se em dois capítulos, que se ocupam, respectivamente, do enquadramento geográfico e dos horizontes históricos do sítio. A localização e enquadramento (geológico, climático e edáfico) constituem a matéria do capítulo primeiro (pp. 17-20). O tratamento realizado é em nosso entender excessivamente sumário e seria justificada uma exploração mais detalhada das matérias, tendo em conta a importância e possibilidades oferecidas por este tipo de informação, suporte essencial para uma correcta reconstituição de economia rural. O capítulo segundo (pp. 21-50) estabelece os horizontes cronológicos com base na estratigrafia, nos materiais e nos ritmos de construção e reconstrução das três *villae* (I, II, III), que se sucedem no local. É ainda equacionado o problema da ocupação pré-romana e medieval. Em apoio da cronologia proposta para as três *villae*, sobrepostas e imbrincadas, os autores apresentam vários pequenos catálogos de uma amostragem significativa das cerâmicas romanas. A *villa* I (pp. 24-29), ou *villa* armazém, representa um projecto modesto, datável entre meados do séc. I e o segundo terço do séc. II. A *villa* II (pp. 29-40) constitui um projecto arquitectónico mais ambicioso, com peristilo e galeria, tendo sobrevivido cerca de dois séculos. Entre finais do séc. III/inícios do IV é finalmente construída a *villa* III, ou *villa* áulica (pp. 40-50), mais grandiosa, ocupada entre o séc. IV e meados do V. Este último projecto representa um excelente exemplo das *villae* abertas ao exterior, com pórticos de fachada, que se tornam espaços de circulação, de iluminação e arejamento. Uma actividade reduzida poderá ter-se mantido no local, posteriormente ao séc. V, tendo em conta os enterramentos no peribolo do templo e a transformação do *oecus* da *villa* II em edifício de culto cristão.

O capítulo segundo, remetendo frequentemente para o volume de estampas, onde se encontram as plantas dos sucessivos edifícios e os desenhos do material, constitui, por si só, uma excelente síntese da obra.

O Livro II intitulado “As *villae* do Alto Império”, encontra-se subdividido em três capítulos, ao longo dos quais são analisadas minuciosamente as três *villae*, quer do ponto de vista arquitectónico, quer funcional. O estudo da *villa* I (Ests. XLI a XLIII) ocupa o capítulo primeiro (pp. 53-56). A superfície construída, perto de 100 m², com zona aberta de 1300 m², permite deduzir a sua importância regional. O plano da *villa* privilegia manifestamente a vigilância das reservas, sacrificando o conforto pessoal do proprietário, dentro de um estilo de vida austero, preconizado pelo agronomista Catão.

O capítulo segundo aborda a *villa* de peristilo ou *villa* II (pp. 57-65) (Ests. XLIV-XLIX) e as termas, edifício autónomo — situado a SO (Est. XLVI). Os sectores rústicos contemporâneos são analisados detalhadamente no capítulo III (pp. 67-83) (Ests. XL, XLVIII-LIII). Estes sectores, consideravelmente ampliados nesta

fase foram ainda beneficiados pela construção de duas bacias-reservatórios que abasteciam a *villa* de água e irrigavam os *horti* (Ests. LI-LIII, LXXX e Anexo I, pp. 139-141).

O Livro III, com o título “A *villa* aulica do séc. IV ou *villa* III”, compreende sete capítulos, que analisam detalhadamente as técnicas de construção (cap. I-pp. 89-96), as fachadas (cap. II-pp. 97-105), a distribuição dos espaços interiores (cap. III-pp. 107-112), o sector termal (cap. IV-pp. 113-119), o piso nobre (cap. V-pp. 121-126), o templo (cap. VI-pp. 127-130) e o sector rústico (cap. VII-pp. 131-137). Construída parcialmente sobre muros e fundações da *villa* II, a *villa* áulica (Ests. LI V-LXXXIII) ilustra, como bem sublinham os autores, uma importante revolução arquitectónica e ideológica, traduzida por um novo gosto artístico, que exalta a função dominante do seu proprietário, em resposta a novas necessidades económicas.

O conjunto dos livros I a III, construído com o rigor que só uma escavação bem planificada possibilita, constitui um excelente estudo monográfico dos sucessivos estabelecimentos que se ergueram em S. Cucufate. A estrutura dos edifícios que compõem as *villae* e a funcionalidade dos diferentes espaços, apoiadas por uma abundante documentação, surgem-nos sucessivamente recuperadas, num discurso claro, quase pedagógico. A análise detalhada da cronologia das remodelações, permitindo destacar com rigor o que é arquitectonicamente novo do reaproveitado e reintegrado, afere bem da minúcia da escavação.

Uma correlação das *villae* de S. Cucufate com outros estabelecimentos similares a nível peninsular ou mesmo no âmbito mais geral do mundo romano, poderia ter constituído o corolário deste estudo exaustivo e exemplar.

O Livro IV tem por título “Avida económica do domínio e das *villae*” e divide-se em duas partes: a parte A aborda a economia no âmbito do domínio (pp. 147-183); a parte B trata da vida económica das *villae* (pp. 185-255).

Na parte A esboçam-se os resultados do levantamento arqueológico realizado na área envolvente de S. Cucufate, trabalho que permitiu sistematizar a ocupação humana com base nos estabelecimentos detectados. Analisando as contribuições e limites da prospecção (cap. I-pp. 149-160), são enunciados os métodos utilizados e os resultados, sintetizados num inventário com sessenta e dois sítios arqueológicos, cartografados na estampa LXXXIV. A sua classificação, em três categorias distintas, feita com base na extensão das áreas de dispersão de materiais, bem como a sua distribuição sugerem uma paisagem rural bastante humanizada, existindo, pelo menos, mais cinco ou seis *villae* tão importantes quanto S. Cucufate. No capítulo II (pp. 161-178) analisam-se os resultados das sondagens realizadas em catorze dos sítios identificados. Escavações em área e simples sondagens, permitiram obter elementos para datar e interpretar construções e confrontar as categorias sugeridas pela prospecção com a evidência arqueológica. Articulando os dados da prospecção e da escavação os autores sistematizam, no capítulo terceiro (pp. 179-183), as etapas da ocupação do espaço rural (Est. LXXXV), na região envolvente de S. Cucufate, iniciada na época de Augusto com a criação da Lusitânia e o afluxo dos primeiros colonos. Todavia, o grande surto de ocupação da zona parece datar de meados do séc.

I, altura em que é fundada a *villa* de S. Cucufate. O abandono de alguns estabelecimentos na região, entre finais do séc. I/inícios do II é interpretado como o resultado de uma crise na pequena exploração colonial, à qual se sucedeu uma alteração importante na estrutura da ocupação rural do território de *Paxlulia*. Esta alteração, ocorrida em meados do séc. II, encontra-se reflectida no ressurgimento da exploração fundiária, sendo então que a *villa* de S. Cucufate se torna um grande conjunto. As novas construções erguidas no séc. II vão ter uma existência prolongada, subsistindo até ao Baixo Império, facto que permite supor uma continuidade da estrutura produtiva e de povoamento.

A tentativa de reconstrução da paisagem rural de S. Cucufate oferece-se como um esboço lúcido, mas prudente, da evidência arqueológica. São de realçar as sugestões sobre a ausência de granjas ou abrigos, apesar do número elevado de sítios de fraca extensão, que oferecem uma elevada concentração de material, bem como sobre a curta duração e mobilidade dos pequenos estabelecimentos rurais. Interessante e sugestiva é igualmente a tentativa de equacionar a extensão dos domínios em diferentes períodos, bem como a extensão da sua superfície arável, facto que permite deduzir que os domínios maiores incluíam boas parcelas de solos de reduzida capacidade agrícola. É neste contexto que os autores valorizam um possível crescimento da superfície média de exploração por domínio, no séc. IV, (200 para 300 ha = 800 para 1200 *jugera*), com base na diminuição do número de explorações, que só poderia ter sido feito com base em terrenos menos férteis.

A paisagem rural da região, reconstruída com base na ocupação de *villae* e quintas situadas na bordadura dos vales de pequenos cursos de água, sugere uma produção cerealífera e de leguminosas nos terrenos dos fundos dos vales, sendo os terrenos de arena granítica mais vocacionados para o cultivo da vinha e da oliveira, cuja produção se destinaria ao auto-consumo. A floresta de carvalhos e a charneca ocupariam vastas extensões na bacia granítica e colinas.

A parte B do Livro IV, dedicada à vida económica das *villae*, integra três capítulos. O capítulo IV (pp. 187-194) analisa o abastecimento de água ao domínio. Este problema, fundamental numa região como o Alentejo, foi resolvido pelo proprietário da *villa* II com a construção de dois tanques-reservatórios, eventualmente alimentados por um aqueduto, cujo percurso hipotético é sugerido pela topografia do terreno. A construção dos tanques permitiu a organização de um espaço de cultivo intensivo, próximo da residência, dotando a parte residencial de diversos tanques, que a tomaram mais sumptuosa e conforme aos gostos romanos. Os melhoramentos introduzidos no sistema de abastecimento de água, pelo proprietário da *villa* tardia, consistiram basicamente na construção de um *castellum divisorium* de abastecimento das termas. As *villae* de S. Cucufate passam assim a dispor de um sistema engenhoso de abastecimento de águas, simultaneamente utilitário e lúdico, conforme aparece claramente demonstrado no projecto do séc. IV, no qual o arquitecto soube integrar os reservatórios, tornando-os um espelho das arcadas da *villa*, o que acentuou o seu carácter áulico.

O capítulo V (pp. 195-233) aborda a economia monetária das *villae* com base nas moedas, das quais é apresentado um catálogo exaustivo (pp. 195-216), elaborado por J. -P. Bost e I. Pereira. Vários quadros das moedas alto-imperiais e do séc. IV põem

em evidência os ritmos de circulação monetária, que ostentam o mesmo comportamento doutras *villae* do ocidente ibérico. A repartição cronológica dos numismas permite constatar um aprovisionamento bastante regular e abundante, ao longo de toda a ocupação, que reflecte os ritmos de circulação urbana.

O capítulo VI (pp. 235-255), consagrado à economia de mercado, mostra que as *villae* estavam perfeitamente inseridas numa economia monetária e de mercado, assente na exportação de trigo para os grandes centros urbanos. Este capítulo passa em revista o aparelho de produção agrícola e artesanal das *villae*, abordando-as também como centro de consumo, quer de materiais, quer de produtos alimentares. A evidência arqueológica, representada, em particular, por contrapesos de prensas (Est. XCIV) e instrumentos agrícolas (Ests. XCV-XCVIII), fornece a base para identificar a produção agrícola que incluía azeite, vinho e cereais. Como produções artesanais, assegurando uma certa autarcia do domínio, destaca-se o trabalho da madeira, da pedra e dos metais, cujos instrumentos são analisados e descritos em detalhe.

Os espaços de armazenagem existentes nos três conjuntos arquitectónicos que se sucedem são deduzíveis pela presença de *dolia* (Est. XCIV-CIII) e por espaços arquitectónicos bem definidos, como acontece com o silo de trigo da *villa* II e os *horrea* da *villa* III. Tomando por base as sigillatas e as ânforas, com centros de produção bem definidos, os autores analisam as *villae* enquanto centros de consumo. Mas mais do que as sigillatas são as ânforas que ilustram a integração de S. Cucufate numa economia de mercado (Ests. CIV-CVII). A raridade de ânforas vinárias (Haltern 70/ Dressel 2/4) e de ânforas béticas de azeite (Dressel 20) documenta a produção local daqueles bens. As importações parecem restringir-se aos molhos e conservas de peixe, cujas ânforas representam nada menos que 96% deste tipo de recipientes. Este facto permite considerar que as sucessivas *villae* importaram grandes quantidades de *garum* e conservas de peixe, consumidos pelos proprietários e família, mas certamente também pelo pessoal dependente. Tal circunstância induz os autores a retirarem a estes alimentos o cunho de luxo que lhe é geralmente atribuído.

A reconstituição da vida económica do domínio, temática da parte B do Livro IV, elaborada com base nos materiais mais significativos pela escavação, oferece ao leitor um quadro sugestivo da vida rural no Alentejo da época romana. Para além das interessantes interpretações históricas, que valorizam devidamente o material arqueológico, é justo que se sublinhe a importância do estudo sistemático de alguns materiais, em particular das moedas, das sigillatas e das ânforas, pois ele constituirá uma referência fundamental para futuros trabalhos na região. Por isso, é de lamentar que a cerâmica comum local e regional da estação não tenha merecido um tratamento igualmente detalhado, alargando assim os conhecimentos já disponíveis sobre este tipo de material, facultados pelas necrópoles romanas do Alentejo. Esperamos que, à semelhança do que ocorreu com os vidros, publicados por Jeannette Nolen (1988, 5-59), fora do âmbito deste trabalho, a cerâmica comum de S. Cucufate venha a merecer oportuna publicação.

O Livro V (pp. 259-294), dividido em três capítulos, tem como tema a sobrevivência do monumento. Enquanto o capítulo I (pp. 259-268) analisa a implantação do cristianismo, num horizonte histórico posterior ao séc. V, facto que

acarretou a transformação do sítio (Est. CVIII-CXI), o capítulo segundo (pp. 269-288) analisa o mosteiro de S. Cucufate, passando em revista a documentação histórica e os vestígios arqueológicos exumados. O capítulo terceiro, entre as páginas 289-294, desenvolve as duas propostas para o arranjo do sítio, uma portuguesa (Est. CXII-CXIII) e outra francesa (Est. CXIV-CXV).

As principais conclusões fornecidas pelo projecto de S. Cucufate, nas quais se valorizam a arquitectura e a economia, são esboçadas sinteticamente entre as páginas 295-299.

A obra aqui analisada representa antes de mais um excelente estudo monográfico de um importante estabelecimento rural romano, cuja evolução, minuciosamente reconstruída, se oferece historicamente enquadrada.

As três *villae* de S. Cucufate surgem ao leitor sucessivamente recuperadas na sua arquitectura. Mas a reconstituição dos sucessivos projectos das *villae*, feita a partir da escavação, ultrapassa largamente uma leitura dos edifícios. Passo a passo, a visão arquitectónica enriquece-se através de uma compreensão global da realidade económica e social da região na época romana. Por isso, não estamos apenas perante uma monumental e bem estruturada monografia de um sítio arqueológico. A cuidada tentativa de recuperar a vida económica do domínio e das *villae*, ensaiada no Livro IV, fornece dados imprescindíveis para uma percepção da paisagem rural envolvente de S. Cucufate, permitindo, simultaneamente, ainda que com prudência, desfazer algumas ideias feitas sobre a organização da propriedade fundiária na província da Lusitânia, designadamente no que se refere à suposta existência de latifúndio, que os autores contrariam.

Nesta perspectiva, o estudo em questão é pioneiro entre nós, pois ultrapassa largamente a visão sempre limitativa do estudo de sítio, frequentemente desarticulado da ambiência cultural que lhe deu sentido. Nenhum estudo de sítio pode oferecer-se completo senão quando adequadamente integrado na complexa trama da(s) realidade(s) sócio-económica(s) que justificou a sua existência e evolução. Ora o projecto de S. Cucufate explorou bem as vertentes desta problemática, o que permitiu aos seus responsáveis pensar o nível singular dos edifícios em articulação com a realidade histórica da região, cuja abordagem foi ensaiada a partir da implantação humana do espaço circundante.

A reconstituição da paisagem rural ocupa hoje um lugar de destaque na bibliografia arqueológica sobre o mundo romano, constituindo a temática central de grande número de projectos polivalentes. Ultrapassada a fase em que a investigação arqueológica privilegiou a entidade *villa* enquanto monumento, desenvolveram-se, em várias regiões, designadamente na Itália, Grã-Bretanha e França, sobretudo a partir dos finais dos anos 60, numerosos projectos que, recorrendo à prospecção e escavação sistemáticas, tornaram possível olhar o mundo rural romano, não como um conjunto de estabelecimentos rurais, mas como uma estrutura complexa, articulada e mutante.

É esta perspectiva que se extrai da leitura do trabalho realizado pela equipa luso-francesa na região de S. Cucufate. E, nesse sentido, ele vem reabilitar um pouco o atraso registado pela arqueologia portuguesa em termos de metodologia e de

perspectivas de trabalho, aproximando-nos da investigação que se realiza além-fronteiras e que tem produzido frutuozos resultados.

Neste contexto, a obra agora editada com o título “Les Villas Romaines de S. Cucufate (Portugal)” representa, não só um pilar para o estudo e compreensão das *villae* na importante província da Lusitânia, como também uma reflexão aprofundada sobre o fenómeno rural na época romana. Constitui, por isso mesmo, uma referência obrigatória na historiografia arqueológica romana e um modelo para futuros trabalhos neste domínio. Finalmente, esta obra reflecte os resultados de um frutuoso trabalho de equipa e, como tal, não pode deixar também de ser olhada como um excelente exemplo para a arqueologia portuguesa que carece em absoluto do benefício da cooperação, eivada que está de individualismo, tão militante, quanto infrutífero.

Bibliografia citada:

- ALARCÃO, Jorge de (1988). *Roman Portugal*, Warminster, England - (1990). O domínio romano, Portugal das Origens à Romanização (coord. de J. de Alarcão), *Nova História de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, pp. 345-437.
- NOLEN, J. U. S. (1988). Vidros de S. Cucufate, *Conimbriga*, XXVII, pp. 5-59.

MANUELA MARTINS

SOLIN (Heikki) e SALOMIES (Olli), *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum*, Olms-Neidmann, Hildesheim —Zurique — Nova Iorque, 1988, 474 pp. ISBN 3 487 079860.

Quando abre um repertório onomástico, o investigador pretende saber se determinado antropônimo com que deparou já se encontra documentado, se os testemunhos da sua existência são abundantes ou raros; e deseja obter, nesse domínio, *um mínimo de apoio bibliográfico* que lhe ofereça pistas de orientação.

A obra em apreço, devida aos cuidados de H. Solin (para os cognomes) e O. Salomies (para os gentilícios) não é um ‘onomasticon’ mas uma actualização do dicionário de Forcellini, do livro de I. Kajanto sobre os cognomes latinos (*The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965) e, sobretudo, do trabalho de W. Schulze (*Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1966) sem as preocupações etimológicas deste último. Não inclui a onomástica de cariz regional, que para isso há os *corpora* específicos, de que são exemplo, para a Península Ibérica, os estudos de Untermann, Palomar Lapesa, Maria de Lourdes Albertos... Também não aborda a complexa problemática que preocupou, por exemplo, os investigadores presentes no colóquio